

Artigo apresentado: X Encontro Nacional de História Oral – História e Política – UFPE.

Eixo Temático: Política, Terra e Relações de Trabalho

PROF(A). DOUTOR VITALE JOANONI NETO, PROF(A). DOUTOR(A) CLERIA BOTELHO DA COSTA, PROF(A). DOUTOR JOÃO CARLOS BARROZO, PROF(A). DOUTOR EDISON ANTÔNIO DE SOUZA

Título:¹ **Travessia de famílias migrantes nordestinas pelas cidades canavieiras paulistas**

Autores: SILVA, M. A. M. * ARONI, R. ** ;

Resumo

O artigo apresenta dados da pesquisa de mestrado, intitulado: Travessia de famílias camponesas migrantes. Entre morada e assalariamento. O objetivo é análise dos impactos do processo migratório e assalariamento, impulsionados pela expansão do setor sucroalcooleiro, no Noroeste Paulista, sobre formas de reorganização de núcleos familiares de trabalhadores migrantes. Analisa-se como se rearranjam os papéis de gênero desempenhados pelos membros familiares diante da nova configuração dos espaços de destino (Novo Horizonte e Mendonça/SP). A atual etapa da investigação corresponde à produção dos dados de campo orientados pelo modelo teórico analítico das formas de resistência cotidianas (SCOTT, 1990), levando-se em conta a intersecção entre a exploração/dominação patriarcal do trabalho feminino doméstico e a exploração/dominação do trabalho masculino no corte de cana. A metodologia utilizada é a história oral (relatos, histórias de vida, trajetórias), além da produção de um acervo imagético. Os dados apontam para algumas mudanças das relações da ordem patriarcal entre os gêneros, sobretudo, em razão da remuneração do trabalho das mulheres inseridas em atividades domésticas nas casas de trabalhadores do corte de cana, e em outras atividades. Identificaram-se duas possibilidades de microrresistência aos deveres femininos nas tarefas domésticas, a saber: 1) enfrentamento da dominação masculina, por meio do trabalho remunerado fora de casa; 2) falas e gestos que apontaram para a renegociação das atividades domésticas. Ainda que os padrões patriarcais prevaleçam, notam-se, contudo, muitas fissuras em suas bases. Apoio: FAPESP

¹Trabalho apresentado à Simpósio Temático 11– Política, Terra e Relações de Trabalho, X Encontro Nacional de História Oral – UFPE: “Testemunhos: História e Política”, abril de 2010.

* Docente orientadora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Urbanização, Ruralidades, Desenvolvimento Sustentável e Ambiental da Universidade Federal de São Carlos/SP.

** Programa de Mestrado em Sociologia, Linha de pesquisa Urbanização, Ruralidades, Desenvolvimento Sustentável e Ambiental da Universidade Federal de São Carlos/SP. Bolsista da FAPESP. E-mail: rafaroni1@yahoo.com.br

“A viagem não começa quando se percorrem distâncias, mas quando se atravessam as nossas fronteiras interiores. A viagem acontece quando acordamos fora do corpo, longe do último lugar onde podemos ter casa.” (COUTO, Mia, *“O outro pé da Sereia”*, Companhia das Letras, São Paulo, 2006, p.65)

“Existe uma condição social inteira e continuamente presa ao dinheiro, é a do assalariado, sobretudo desde que o salário por empreitada obriga cada operário a ter sua atenção sempre voltada para a contagem dos tostões. Nessa condição social é que a doença do desenraizamento é mais aguda.” (WEIL, Simone, *“O desenraizamento operário”*, In: *A Condição Operária e outros estudos sobre a opressão*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979, p.349)

“E verificamos que, com “experiência” e “cultura”, estamos num ponto de junção de outro tipo. Pois as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral.” (THOMPSON, E. *“A miséria da Teoria ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser”*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978. p.189)

I - Apresentação.

O texto apresenta análise de dados da dissertação intitulada, *Travessia de famílias camponesas migrantes. Entre a morada e o assalariamento*. O objetivo foi analisar e correlacionar a intersecção entre a exploração/dominação patriarcal do trabalho feminino doméstico e a exploração/dominação do trabalho masculino no corte

de cana. Em outras palavras, partir de relatos orais de trajetória de vida na dinâmica dos rearranjos familiares para investigar os conflitos de gênero suscitados pela dinâmica do deslocamento migratório.

De partida cabe ressaltar a vigilância epistemológica de não imputar uma dicotomia determinante entre essas duas dimensões da vida cotidiana das famílias camponesas migrantes. Ou seja, sobrepor o espaço privado de reprodução da família como determinante e determinado do espaço público da produção pelo trabalho no corte de cana. Busca-se compreender a partir dos relatos orais como esses sujeitos históricos representam e se percebem no processo migratório para o trabalho assalariado, impulsionada pela expansão do setor sucroalcooleiro no Noroeste Paulista.

Em específico pretendeu-se caracterizar as formas de reorganização de núcleos familiares migrantes. Assim buscou-se identificar como esses impactos rearranjam os papéis de gênero desempenhados pelos membros familiares diante da nova configuração dos espaços sociais de destino (Novo Horizonte e Mendonça/SP). Fundamentalmente, pretende-se explicitar os conflitos inerentes a “*estratégias de sobrevivência*” (MENEZES, 1985) nos rearranjos familiares, através da apresentação de duas trajetórias individuais.

Utilizou-se de dois modelos analíticos de forma complementares. O marco teórico das formas de resistência cotidiana (SCOTT, 1985), o qual permitiu interpretações a cerca do trabalho doméstico realizado pelas mulheres, se elas rompem, renegociam ou se sujeitam a essas tarefas, ou se as dividem com os homens. Buscou-se investigar quais os conflitos dos arranjos nos papéis de gênero desempenhados pelos membros da família migrante, no cotidiano da rotina do trabalho canavieiro.

Para realizar essa investigação, utilizou-se da prática etnográfica do modelo teórico interpretativo da interação intersubjetiva, formulada pelo sociólogo Robert PRUS (1996). Filiado á tradição da Escola de Chicago, esse autor reformula a perspectiva interpretativa ao distinguir subjetividade de intersubjetividade na existência humana. O primeiro mecanismo mental produz imagens e significados que os sujeitos guardam de si, de seus próprios comportamentos, os quais são objetos específicos de estudo para a psicologia. Por intersubjetividade PRUS (1996, p.9) entende a característica do comportamento humano de criar significado para suas experiências construídas em atividades significativas de reciprocidade com outros seres humanos: em pensar, agir, interagir e dar significado a essas ações no mundo cotidiano. Há um

contínuo realizar-se da intersubjetividade pelas imagens e realidades do mundo criadas e trocadas permanentemente. Essas imagens são forças obstinadas que encorajam a ação dos indivíduos no interior dos grupos humanos. São mediações entre a realidade externa e os processos de significação particulares criados pelos sujeitos em interação. Essa abordagem teórica contribuiu para a interpretação etnográfica, na medida em que a descrição da realidade objetiva e concreta das famílias migrantes passou a ser vista com novos olhares.

II – As cidades canavieiras invisíveis.

Desta sorte, cabe iniciar breve caracterização do contexto dos dois municípios de destino. Surgidos em momentos distintos na dinâmica da “*marcha pioneira do café*” (MONBEIG, 1998).² O povoado de Novo Horizonte foi fundado em 1895, quando da partilha e doação de terras, por fazendeiros migrantes italianos, e da construção da primeira capela, prometida a São José. Assim, a cidade surge na etapa da primeira franja pioneira³:

“Na última década do século XIX, tinham sido criados pelo governo de Estado quarenta e um novos municípios, a imensa maioria deles nas regiões de povoamento recente. Em compensação, entre 1900 e 1910, nenhuma criação nova a registrar.”(MONBEIG, 1998, p. 113).

Já o povoado de Mendonça, data de 1928, quando famílias de agricultores migrantes italianos, se deslocam e fundam a Vila Amaral Mendonça. É possível inferir que esse núcleo surge numa segunda franja pioneira, quando: “*Desde 1934, voltaram a ser criados municípios, que se multiplicaram em 1937 e 1938, não cessando de surgir; a partir de então.*” ((MONBEIG, 1998, p.116)

² Por marcha do café para o Oeste, o geógrafo compreende a formação de cidades e centros regionais bem como dessa mentalidade regional, algo que levou séculos na Europa e ocorreu em menos tempo em São Paulo, contudo circunscrito aquele projeto. “A marcha ininterrupta da frente de povoamento, não passa de um aspecto da exploração do planeta pelos brancos. Tanto em suas origens, como em sua continuidade, ela se prende, por sobre os oceanos, às condições técnicas, econômicas e políticas do mundo.” (MONBEIG, 1998, p.94)

³ Franja pioneira: “. A franja pioneira é o ponto de encontro dos apetites e ambições tanto de nacionais como de estrangeiros. O que a expõe a ser duramente atingida pelas crises, mas ao mesmo tempo lhe permite recuperar muito depressa sua vitalidade.” (MONBEIG, 1998,p.119)

Novo Horizonte está localizado a noroeste do Estado de São Paulo, entre Araraquara (135km) e São José do Rio Preto (104 km). Pertence à região administrativa deste último município. Com população estimada pelo Censo de 2009, de 36.271, apresenta à seguinte variação no perfil demográfico:

Quadro 1- Variação da População do município de Novo Horizonte 2000, 2007 e 2009.

Novo Horizonte/SP	2000 *	2007 **	Estimativa - 2009 ***
População Urbana	28.917	31.765	Indisponível
População Rural	3.515	2.499	Indisponível
População Total	32.432	34.264	36.271

Fonte: IBGE - *Censo Demográfico 2000, **Contagem da População 2007 e ***Projeções Estatísticas da População 2009.

O decréscimo de 1016 habitantes na população rural, em menos de dez anos, foi justificado, pelo chefe do escritório do IBGE, resultado da expansão da monocultura da cana, com a expulsão de antigos trabalhadores residentes em fazendas do município. Em paralelo, desde 2004, o município registra a presença de migrantes temporários alojados por toda cidade. Durante pesquisa de campo foi possível identificar concentração de migrantes paraibanos nos bairros de Santa Clara, Bela Vista e Jardim Esplanada.

Para o ano de 2009, foram estimados em 2000 trabalhadores migrantes temporários, para o período da safra da cana de açúcar (maio a dezembro), empregados no corte de cana, originários majoritariamente do Estado da Paraíba. O decréscimo de 350 trabalhadores rurais, como aponta o quadro abaixo, está relacionado à gradual mecanização na colheita da cana. Em 2009, a Usina Santa Isabel já dispõe de oito máquinas colheitadeiras e a Usina São José da Estiva de 10 máquinas. Diante desta realidade de gradativa diminuição de cortadores, priorizou-se a investigação das famílias de trabalhadores Unidade I⁴ Santa Isabel, por apresentar maior contingente de empregados.

⁴ A Unidade I foi construída em 1983, quando família de imigrantes italianos Graciano transformou a destilaria, que possui desde 1977, para produção de álcool hidratado.

Quadro 2 – Número de trabalhadores rurais do corte de cana para Novo Horizonte, para os anos de 2008 e 2009.

Contratantes	Número de Trabalhadores Rurais/2008	Número de Trabalhadores Rurais/2009
Novo Horizonte		
Usina Santa Isabel	1100	800
Usina São José da Estiva	500	400
Empresa Ajuste	400	300
Empresa RJ	150	300
Total	2150	1800

*Estimativas para Safra 2008 e 2009, com base em acordos coletivos.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Horizonte/SP.

Desse total de trabalhadores migrantes, estimativas realizadas pela Secretaria de Assistência Social, bem como informações oficiais coletadas no escritório do IBGE da cidade, apontaram para presença de famílias em número decrescente, menos 100. Contudo, não foi permitido o acesso e análise de dados em prontuários do primeiro órgão para a confirmação do número absoluto de famílias migrantes assistidas por seus programas sociais.

A abrangência do universo investigativo para o município de Mendonça fundamenta-se no fato da Usina Santa Isabel ter inaugurado outra planta industrial, há cinco anos. Mendonça localiza-se também a noroeste do Estado de São Paulo, entre Araraquara (183 km) e São José do Rio Preto (51 km). Pertence à região administrativa do último município. Em 2006, Unidade II da Usina Santa Isabel foi construída, no bojo do processo de expansão da agroindústria canavieira, com reflexos na transformação da economia urbana e agrícola da cidade.

Quadro 3 - Variação da População Mendonça, anos: 2000, 2007 e 2009.

Mendonça/SP	Ano – 2000 *	Ano - 2007 **	Estimativa - 2009
--------------------	---------------------	----------------------	--------------------------

População Urbana	2.764	Indisponível	Indisponível
População Rural	995	Indisponível	Indisponível
População Total	3.759	3.980	4.217

Fonte: IBGE - *Censo Demográfico 2000, **Contagem da População 2007 e ***Projeções Estatísticas da População 2009.

Destaca-se neste processo a dimensão social na transferência do encarregado das turmas (ex-cortador de cana), funcionário responsável por arregimentar, trazer e controlar os trabalhadores migrantes. Sua trajetória apontou para complexidade no estabelecimento inicial de uma “rede” e posterior “cadeia migratória” (TRUZZI, 2008, p. 202 e 203).

Quadro 4 – Número de trabalhadores rurais do corte de cana e famílias migrantes para Mendonça/SP, de 2006 a 2009.

Município Mendonça	Número de Trabalhadores Rurais Migrantes	Número de Famílias Migrantes
2006	200	3
2007	350	8
2008	400	40
2009	500	50

Fonte: Informações obtidas junto ao encarregado das Turmas de Trabalhadores Rurais da Usina Santa Isabel.

No primeiro momento, como aponta os dados do quadro quatro, migrou o núcleo familiar do encarregado (esposa e dois filhos), além de sua irmã com o marido (sem filhos), ambos empregados respectivamente como faxineira e turmeiro, ou seja, motorista que realiza o transporte dos trabalhadores. Além de outro irmão com a esposa, também sem filhos, que trabalha como fiscal. Deste modo, diante do risco inicial do deslocamento reforçaram-se relações primárias, as quais reproduzem laços fortes de afetividade e reconhecimentos mútuos aos atributos de pertencimento ao mesmo espaço de origem, circunscrito à agência familiar.

Na etapa posterior essa pequena comunidade torna-se agência fundamental para difundir e circular informações da viabilidade migratória. Assim, outros laços interpessoais são abrangidos para impulsionar a mobilidade dos trabalhadores e ou suas

respectivas famílias. É tecida uma nova cadeia migratória, na qual os fatores que impulsionam a migração dos municípios de origem, como a dificuldade ao acesso a recursos monetários para agricultura, atuam simultaneamente a circulação de informações como a oportunidades de mobilidade social, em ocupação de novas funções para o município e destino de Mendonça: de cortadores de cana, para fiscais de turma, motoristas de ônibus, bombeiros ou bombista (empregado responsável pelo deslocamento do aspersor de vinhaça). O critério para essa mobilidade social é a lealdade pessoal ao encarregado de turma.

Importante salientar que os trabalhadores que se deslocam com seu núcleo familiar sempre mantêm contato com a região de origem, através de telefonemas e cartas e o posterior retorno ao final da safra para visitar os parentes. No caso do encarregado é próprio de sua função voltar à região de origem para arregimentar trabalhadores. Assim, a permanente transitoriedade deles reforça a perspectiva desses sujeitos e famílias estarem em permanente temporalidade pelos espaços sociais.

Simultaneamente ao processo de apropriação temporária do espaço social por essas famílias no destino de Mendonça, informações coletadas junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Assistência Social de Novo Horizonte indicaram a proibição da migração de famílias. A decisão foi tomada pela Usina Santa Isabel após a fiscalização realizada pelo Ministério do Trabalho, em 2007, baseada na denúncia de um trabalhador, que alegava condições subumanas de vida, por estar alojado com sua família e mais 10 outros canavieiros. O Ministério autuou a Usina Santa Isabel, mediante Termo de Ajuste de Conduta, a disponibilizar abrigo provisório para famílias em separado dos trabalhadores não acompanhados de suas respectivas famílias.

A partir de então, a prática adotada pela Usina foi registrar as carteiras de trabalho dos cortadores no Ministério do Trabalho nas regiões de origem, e fretar ônibus exclusivamente para o transporte deles. Os imóveis que servem como alojamentos são registrados e pagos pela Usina, e destinados exclusivamente para abrigo de trabalhadores temporários do corte de cana. Essas residências são conhecidas como “casas da Usina”. A partir deste momento, os cortadores que desejam trazer as famílias, têm que arcar com os custos das viagens em ônibus clandestinos e dos receptivos alugueis para a estada durante a safra.

II – Colhendo sonhos acordados nas cidades canavieiras

Nesta sessão, pretende-se apresentar três relatos orais coletados com mulheres/esposas⁵ de trabalhadores do corte de cana e analisar em que medida a migração e o assalariamento reforça ou arrefece modelos de dominação nas relações patriarcais de gênero, a partir das representações que elas têm sobre a posição que ocupam no trabalho doméstico desempenhado. Além de verificar nas transcrições dessas trajetórias narrativas formas de emponderamento que possam traduzir rupturas com as configurações familiares dos locais de origem. Os “*pontos relativamente invariantes/imutáveis*” (POLLAK, 1992, p.2) na memória individual das três mulheres que apresentam traços identitários coletivos são: a-) iniciarem atividades laborais ainda quando crianças, entre 10 e 12 anos, no trabalho doméstico e no trabalho rural ajudando os pais no roçado; b-) a expectativa de não reproduzir essa experiência passada com os filhos/as, fato que acarreta ou em uma dedicação exclusiva no cuidado e motivação desses para o estudo, ou na jornada dupla de trabalho.

Antes de iniciarmos a análise das transcrições cabe apresentar uma síntese das orientações teórico-metodológicas no planejamento e execução das coletas. Assim, no preparo das entrevistas foram tomados como referência o fato de que acolher um relato oral, em específico a história de vida⁶, é um exercício de saber ouvir a transmissão de uma narrativa/conhecimento que informa a existência do interlocutor. Entretanto, o desafio maior está em suscitar que o indizível, a experiência de vida cotidiana, transforma-se em palavra: “... *a passagem daquilo que está obscuro para uma primeira nitidez, - a nitidez da palavra, - rótulo classificatório colocado sobre uma ação ou uma emoção.*” (QUEIROZ, 1988, p.16).

Nesse sentido, a técnica da entrevista semidirigida mostrou-se mais adequada para “*acolher um relato*” (TOUTIER-BONAZZI, 1996, p.235-237) mantendo a espontaneidade e interesse em uma primeira interação. Interação que se propõe a ser interpretada e que de partida deve ser consentida a gravação (THOMPSON, 2002). Assim, a entrevista semidirigida mostrou-se oportuna para o entrevistador e entrevistado por permitir um controle sobre as digressões realizadas. Portanto, elencar um corpus de

⁵ Os relatos orais foram coletados nos anos de 2007, 2008 e 2009.

⁶ A distinção entre história oral e história de vida segundo QUEIROZ (1988) é que a primeira: “*pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas também recolhe destas tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo...*”(p.19); a história de vida diz respeito a: “... *as entrevistas, os depoimentos pessoais, as autobiografias, as biografias*”(p.19).

temas e perguntas geradoras permite estreitar o conhecimento mútuo (pesquisador/entrevistado) ao mesmo tempo em que tece laços de confiança ou desconfiança. Muito comum foi ouvir de entrevistas com mulheres com baixa escolaridade formal, de que não saberiam responder perguntas, não foram ensinadas. O receio momentâneo era rompido tão logo o entrevistador manifestasse interesse pela situação nas cidades de origem. Nomeá-las sempre foi uma estratégia para descontrair tensões iniciais e tecer interações de reconhecimento mútuo.

Contudo, não se pode deixar de atentar para atitudes e comportamentos nesse processo de acolher uma narrativa. Assim, técnicas para eliciar, suscitar, incitar o fluxo narrativo autêntico pressupõem empenho, atenção do pesquisador/entrevistador em: não interromper ou concluir momentos de imprecisão; não direcionar questionamentos que levem a auto-racionalização do entrevistado, induzir para que ela apareça de forma espontânea; não proferir juízos de valor sobre contradições no enredo da história; utilizar de estratégias não verbais, como gestos (linguagem corporal) ou recursos paralingüísticos (sei e hum) para dar cadência ao relato (BAUER & JOVCHELOVITCH, 2003, p.97).

Restam dois pontos a serem destacados para análise das entrevistas. Assim, é retoma aqui o marco teórico metodológico do Cientista Político James SCOTT (1985 e 1990). Seu modelo investigativo contribui com o entendimento do processo de transcrição. SCOTT define este processo como ato de descrever, captar as contradições entre as falas e práticas, e, principalmente, captar e significar as expressões corporais e silêncios durante o contexto da interação do pesquisador com os pesquisados, atitudes as quais revelaria o desejo de ruptura com a dominação.

“(...) transcrição é quase usado no sentido jurídico (processo verbal) de um registro completo do que foi dito. Este registro completo, entretanto, pode também incluir atos não verbais, tais como gestos e expressões.” (SCOTT, 1990, p.2)

Por transcrições públicas, o autor remete a atos “performáticos” nas interações entre os dominantes e os subordinados. A transcrição pública é o ritual de amálgama entre os dominantes e dominados, o exercício de falsa conformação da subordinação com a participação ativa dos subordinados e o silêncio premeditado dos dominantes. Estes não teriam o controle absoluto na interação, mas corresponderiam com falas e

gestos aos desejos e interesses dos dominados.

“The dominant never control the stage absolutely, but their wishes normally prevail , in the short run, it is in the interest of the subordinate to produce a more or less credible performace, speaking the lines and making the gestures he knows are expected of him.”(SCOTT, 1990, p.4)

Por outro lado, as transcrições ocultas também são caracterizadas por falas, gestos e práticas, contudo recalcadas nas interações públicas. Elas carregam uma grande carga de energia que mobiliza o mecanismo intersubjetivo lesado/negado em reprimir o potencial explosivo de ódio e violência por parte dos grupos dominados, frente às agressões públicas, que lhes furtam o reconhecimento de sua dignidade humana. Esse elemento da identidade denegada é fator essencial para a empatia entre os dominados, ao ritualizarem, através da verbalização em narrativas nos espaços privados, sua condição de não serem reconhecidos e respeitados em seus atributos identitários. Remete-se à interpretação de MONSMA (2000), de que haveria espaços para narrar o não reconhecimento: *“As transcrições escondidas, tanto dos dominantes quanto dos subordinados, são produtos de espaços protegidos onde podem falar abertamente sobre as relações de dominação e as suas idéias a respeito do outro”* (p. 102).

O segundo ponto refere-se ao modelo etnográfico interpretativo da interação intersubjetiva de Robert PRUS, o qual revela a dimensão das trocas de imagens simbólicas ou estoques de conhecimento - *“stocks of knowledge”* (PRUS, 1996, p.12) transmitidos em conversas e interações, enquanto importante procedimento de empatia para aproximação dos grupos pesquisados. Estes “stocks” revelariam relações de poder, posto que no compartilhamento de uma experiência, que é capaz de explicar objetivamente uma realidade, se invoca a habilidade de que o outro (receptor da mensagem) aceite esse pacote interpretativo como válido.

Assim, a etnografia participativa e interpretativa mostrou-se técnica adequada. Seguiram-se as sugestões de PRUS (1996) de que as interações intersubjetivas constituem fonte de dados nas práticas de três técnicas simultâneas: observação (sem realizar juízo de valores sobre as experiências e comportamentos coligidos), participação observativa (adquirir perspectivas da imagem de si mesmo que são

construídas pelos sujeitos pesquisados, com vista a estabelecer laços de confiança recíprocos) e entrevistas abertas.

III – Vidas em trânsito, sonhos distantes.

Durante as etapas da pesquisa de campo, buscou-se interagir, conforme a possibilidade, com os casais, tanto em entrevistas individuais ou coletivas. Com as mulheres/esposas, por ocasião das entrevistas individuais, buscou-se suscitar um fluxo narrativo, o qual apontasse para a perspectiva de “*transcrições ocultas*” de SCOTT (1990), segundo a qual, haveria um deslocamento da energia agressiva da frustração de estar subsumida a dominação de gênero, para a ação intersubjetiva de relatar essa raiva, em modelar estratégias de resistência. Identificamos duas possibilidades de microrresistência aos deveres femininos nas tarefas domésticas, a saber: 1) a busca pela ruptura da dominação masculina, por meio do trabalho remunerado fora de casa; 2) falas e gestos que apontaram para renegociação das atividades domésticas, de maneira a encontrar fissuras nas peças de dominação. Tomamos por base essa perspectiva, pela conhecimento pioneiro da feminista Maria Moraes de SILVA (1997), que já apontava essas possíveis rupturas:

“A história da passagem da condição de colona a bóia-fria mostra os laços invisíveis da trama de classe, gênero e raça/etnia que prendem as mulheres que trabalham no campo, trama que se transforma em drama, em trauma. A saída, a luta contra o destino traçado, independente de suas vontades, é buscada, nos vazios dessa rede.” (p.574 e 575)

De maneira preliminar, é possível apontar que algumas mulheres revelaram profunda insatisfação com sua condição da dependência monetária dos esposos, ao mesmo tempo com as obrigações de realizarem as tarefas domésticas. E mesmo as mulheres/esposas, cujo trabalho fora de casa é permitido, depositam grandes expectativas no provedor masculino, um tipo de masculinidade hegemônica ideal, que sustentaria os filhos e planejaria o futuro do núcleo familiar. Assim, o rompimento da *ordem patriarcal de gênero* (SAFFIOTI, 2007) formulada no primeiro momento da pesquisa, foi reelaborada para a estratégia de microrresistência, na qual sobrevivência imediata do núcleo familiar estaria circunscrita, no limite, às renegociações dos papéis

de gênero no contexto da dominação masculina cotidiana.

Na década de 1980, STOLCKE (1986a, 1993) havia analisado o processo histórico de transição do regime de trabalho do colonato para o assalariado nas fazendas do interior de São Paulo, inserindo no debate a “*condição feminina*”(1986b) na expansão da acumulação do capital, uma vez que as atividades domésticas femininas foram indispensáveis para dispêndio maior da força trabalho pelos homens assalariados. Ela buscou interpretar como as novas condições econômicas de trabalho produziram pontos de tensões sociais que desafiaram e arrefeceram justamente a hierarquia patriarcal e reestruturaram a organização das famílias. Do regime do colonato, em que o trabalho cooperado dos membros da família era articulado e subordinado à autoridade patriarcal, passa-se para o regime assalariado, no qual o trabalho torna-se individualizado e foge ao controle daquela ordem.

Entretanto, a autora aponta para permanência da subordinação das mulheres à autoridade do marido, enquanto relações de mãe e esposa, mas como aquele não consegue garantir o sustento da família, diante das forças econômicas externas, surge o ponto de inflexão, pois ele também não consegue gerir os rendimentos dos filhos, já que esses buscam a autonomia em realizar a satisfação de suas necessidades no consumo individualizado. Tem-se o processo em que a exploração capitalista engendra a reorganização do trabalho familiar do colono, posto que o trabalho da unidade doméstica, articulado à unidade produtiva, perde a dimensão do eixo de equilíbrio das relações intrafamiliares. A socióloga (SILVA, 1997), denominou esse fenômeno de “*provedor defeituoso*”, ou seja, ele já não consegue garantir a sobrevivência do grupo familiar e deter a autoridade patriarcal sobre o mesmo.

“O aparecimento do trabalhador individualizado provocou mudanças no interior da família. O homem, ao perder as funções anteriores relativas à gestão do trabalho, deixa de ser o pai-marido-patrão. Torna-se, paulatinamente, o “provedor defeituoso” da família, na medida em que a mulher e os filhos são obrigados também a se assalariar para garantir as condições mínimas da sobrevivência.” (p.562).

Desta sorte, tem-se privilegiado investigar como a estratégia de busca de uma renda própria pelas mulheres exerce influência nos rearranjos de novos papéis de gênero, desempenhados pelo casal, ao articular novas atividades à tradicional divisão sexual do trabalho, na qual caberiam aos homens as atividades produtivas do roçado e a mulheres o trabalho reprodutivo doméstico.

A tabulação permitiu também a elaboração de três tipologias para agrupar os rearranjos das famílias migrantes pesquisadas:

- i) Família Nuclear: apenas o casal e filhos, se houver, alojados juntos;
- ii) Unidade Doméstica: uma família nuclear, um trabalhador canavieiro e uma trabalhadora doméstica, todos alojados juntos;
- iii) Unidade Doméstica Ampliada: mais de um casal, com ou sem filhos, alojados com trabalhador canavieiro – para homens e trabalhadora doméstica – para mulheres.

A primeira colaboradora é Elenilva, esposa de cortador de cana, natural de Tavares – PB tem 29 anos e três filhos do primeiro casamento. O marido está na sexta safra consecutiva, mas a família só veio para São Paulo faz três anos. Acompanhamos sua trajetória, desde setembro de 2007. Naquela ocasião, ela trabalhava como faxineira em hotel da cidade. Ela conseguiu o emprego, depois que o Ministério Público do Trabalho exigiu que a Usina separasse trabalhadores e trabalhadores com família. A falta de casas na cidade levou a família dela e outras a serem abrigadas no hotel. Foi assim que ela conheceu os donos do estabelecimento. Já no ano de 2008, Elenilva havia abandonado a antiga função e aberto um bar. Ponto de referência para cortadores. A impressão dessa interação foi o fato dela externalizar uma alegria pela mobilidade social que vivencia, posto que consegue auferir uma renda superior a do marido e custear 80% dos gastos domésticos. Acompanhemos alguns trechos de seu relato para observar as fissuras nas peças de dominação, ao mesmo tempo em que essa ruptura não exclui a convivência negociada com um modelo de masculinidade patriarcal.

Mas o dinheiro que você ganha no bar, quer dizer que é seu?

Elenilva – Não. É nosso.

Então o dinheiro que ele ganha (no corte de cana) também é “nosso”?

Elenilva – Ele paga o carro dele. Se sobrar, aí ele me ajuda também. Eu é que pago oitenta por cento dos gastos da casa. Comida, roupa, contas... Não sei se você viu o jornal esses dias, as mulheres agora são

meio a meio de percentagem nas despesas de casa. E dizem que vai caminhar mais ainda. Mas vou lhe vou falar uma coisa. É muito sofrido. Tem hora que eu fico sentindo a falta de um homem de verdade. Hoje mesmo eu acordei, fiquei pensando no travesseiro. Se tivesse quem pagasse a conta de água, aluguel, luz e compra e pronto. [aumenta o tom da voz expressando o sentimento de um possível alívio se existisse esse homem]

Mas diz uma coisa você acha que se esse homem existisse valeria a pena viver com ele?

Elenilva – [silêncio longo] Eu acho que valeria. Eu acho assim... Desde que ele não me impedisse de trabalhar. Se ele permitisse ela trabalhar, para ela tirar as coisas necessárias para ela, sem ter a obrigação de despesa de casa também. Por que eu acho que isso pesa pra mim. Eu acho assim, eu queria trabalhar, quer dizer eu sempre trabalhei, mas eu queria trabalhar para comprar além das roupas para meus filhos, para dar uma festa para sair, sem ter que pensar no gás que vai secar, no aluguel que vai chegar. Aliás, sempre pesou a vida inteira pra mim. Eu queria assim, no dia que ele falasse assim: Oh minha nega, hoje tá difícil para mim, o dinheiro não deu para pagar o aluguel, dá pra você me ajudar. Aí eu tenho meu dinheiro aqui e eu tenho o maior prazer de chegar e ajudar, mas não como obrigação. Para ajudar sim, [inaudível]. (Entrevistada em 25/10/2008).

Mesmo trabalhando fora e assumindo por obrigação o posto de provedora da família, Elenilva ainda divide energias no trabalho em casa. A rotina do trabalho doméstico inicia-se às cinco horas da manhã, quando ela levanta para preparar a comida (almoço e janta) dos dois filhos que ficaram. A menina mais velha de 13 anos voltou para Paraíba, para ser criada pela avó, Sebastiana de 50 anos, em função de a menina ter iniciado um namoro muito cedo, que foi impedido pela mãe.

Por volta das sete horas da manhã leva o filho de nove e a filha de sete anos para escola. Retorna para casa para lavar louça e roupa. Às onze horas pega os filhos na escola e prepara o almoço. Por volta das treze horas parte para o bar onde coloca bebidas para gelar e limpa o salão. O movimento só começa a noite, depois que os trabalhadores do corte já voltaram da roça, lavaram roupa, comeram algo e tomaram banho. Neste momento, José, atual marido, aparece no bar para ajudar nas vendas e preparo de espetinhos de churrasco. Elenilva só irá dormir por volta de uma hora da manhã, dependendo do movimento no dia da semana. O sonho de Elenilva é conseguir guardar um dinheiro para abrir um comércio (lanchonete/roupas) na terra de origem.

Na terceira etapa da pesquisa de campo, conseguimos encontra-los novamente. As informações coletadas apontaram para situação difícil para o núcleo familiar. A baixa remuneração

aferida pelo marido no corte de cana, na safra de 2009, levou Elenilva a refazer seus planos. No momento desta entrevista ela desabafou que diante das dificuldades financeiras em arcar com as despesas da casa e do bar, ela pretende retornar para Tavares/PB.

E José o que ele tem falado do trabalho no corte?

Elenilva – Ele cortou muitas safras e está cansado. Ele disse que não quer mais cortar cana, por que não vê mais futuro. O que ganha mal dá para se sustentar. Para você ver, esse ano minha mãe tem mandado, quando pode, R\$200, para a gente pagar todas as despesas. José quer ir embora, por que se for para arranjar só o de comer, ele prefere é plantar lá e ter o que comer do que passar fome aqui. Ele quer voltar esse final de safra.

E vocês estão fazendo alguma reserva de dinheiro esse ano?

Elenilva – Esse ano está muito difícil. Se conseguir algum dinheiro ele vai livrar só o acerto no final da safra. Só vai conseguir algum dinheiro para pagar as passagens no acerto. Esse ano não tem como juntar o preço de cana está péssimo.

Elenilva – A gente vai voltar esse final de ano. Já estamos construindo uma casa. José vendeu uma moto para comprar um chão [terreno] na cidade e agora está para comprar o material de construção. A gente faz plano de vender alguns eletrodomésticos para conseguir. Tanto os pais deles como minha mãe vão nos ajudar com um pouco dinheiro para construir a casa. Eles todos já são aposentados. O plano é ir embora para não vir mais. Ele vai trabalhar na agricultura, no sítio do pai deles. Eu não quero mais trabalhar com bar lá não. É muito ruim esse tipo de comércio por que você não tem tempo para nada, a casa sempre fica de perna para cima. [Desabafa] É muito cansativo, não tem horário certo para nada. [Silêncio pensativa] Mas eu penso em voltar a trabalhar com roupa. Minha mãe vai me dar o capital inicial eu vou comprar roupa e penso em trabalhar para nós duas.

(Entrevistada em 10/10/2009).

O segundo casal colaborador os encontro a partir de informações que consigo na casa paroquial em Novo Horizonte. A trajetória da história de vida aponta que João (21 anos, moreno) migrou primeiro em 2007, a convite do primo. Maria Mércia (26 anos, morena) estando grávida ficou junto de sua mãe na ausência do marido. No ano de 2008, diante da experiência de não ter visto o nascimento do filho, e da falta de serviço, João decidiu que a família migraria. Para viabilizar os custos com passagens, o casal vendeu os poucos “*troços*” que possuía.

Maria Mércia (26 anos, esposa/mãe/irmã, morena) – Esse ano [2008] que a família veio eu tive que vender tudo os troços que nos tínhamos lá. Eu vendi sofá, minha cama e o guarda roupa. A única coisa que eu não vendi foi as coisas do quarto dos meus meninos e meu raque. O

dinheiro foi para pagar quatro passagens de R\$250,00 [Total R\$1000,00], minha, do meu marido, do menino mais velho de quatro anos, por que o mais novo não paga, e da minha irmã mais nova. [Amanda, 17 anos]. A gente veio com Zé Ditero. [Arregimentador de Novo Horizonte/SP]. (Entrevistada em 13/12/08)

Fundamentalmente, destaca-se da entrevista, que João proibiu a esposa de trabalhar no município de origem como empregada doméstica. Justificou que o serviço era pesado. A remuneração era apenas de R\$50,00 por mês e ela não tinha tempo de preparar seu almoço, quando retornava do trabalho de carregar caçambas de areia.

Conte um pouco sobre quando vocês moravam na Paraíba, vocês trabalhavam em algum serviço?

Maria Mércia – Na Paraíba, quando a gente foi morar juntos, ele me proibiu de trabalhar fora. Eu trabalhava em casa de família, aí eu fiquei só cuidando da minha casa.

João (21 anos, marido/pai/cunhado, moreno) – [Interrompe] Não compensava, por que era só R\$50,00 por mês. Ela ia morrer de trabalhar para chegar em casa e ter que trabalhar também. E depois eu chegava em casa e não tinha almoço pronto. Aí eu tinha que fazer e ainda voltar a trabalhar. (Entrevistados em 13/12/08)

Anoto sua reação no diário de campo. Ele por certo não gostou da pergunta, pois ela remeteu indiretamente a sua atual condição de provedor “*defeituoso*” na família (SILVA, 1997, 562) como será relatado logo à frente. Entretanto, agora em virtude do rearranjo familiar e da situação de contingência, ele permite que ela trabalhe fora, no plantio e ou na bituca.⁷ Há uma negociação por parte de Maria para que o marido assuma algumas tarefas domésticas, diante de sua dupla jornada de trabalho. Retomo a entrevista com outro tema, a rotina de trabalho.

E a rotina de trabalho aqui, como funciona que horas vocês acordam?

Maria Mércia – Eu acordo às três horas para fazer a marmitta dele. O João acorda às quatro horas. Eu acordo e arrumo os meninos [um filho de 4 anos e outro de 2 anos]. Eu deixo o mais velho arrumadinho para ir para a creche. Eu desço com ele e deixo na casa de uma mulher conhecida aqui embaixo. Pago R\$ 30,00 para ela levar o menino no ponto de ônibus que o leva para a creche às quinze para sete. Minha irmã leva o mais novo para outra mulher cuidar, e às seis e meia, ela toma o ônibus para escola. Ela entra às sete. Para essa outra mulher, eu

⁷ Atividade de colheita de gomos e feixes de canas que as colheitadeiras não conseguem carregar

pago R\$160,00 por mês para ela olhar meu filho mais novo. Depois minha irmã volta uma hora e fica com os meninos, no período da tarde e também arruma a casa. E eu saio as cinco, junto com João, para trabalhar no plantio ou bituca de cana e ele no corte.

E que horas vocês estão voltando?

Maria Mércia – A gente chega entre as cinco e meia às seis horas, depende se a roça for muito longe [leva mais tempo]. Minha irmã chega mais cedo e arruma a casa. Às vezes ela faz a janta. Mas como ela acorda muito cedo ela sente muito sono nesse horário. Então é o João que faz a janta. [Risos de todos] Aí, eu quando chego já tiro a roupa de roça e vou lavar a minha e a dele. (Entrevistada em 13/12/08)

A descontração neste momento da interação foi fundamental para permitir uma nova etapa de reconhecimento mútuo do casal, na qual Márcia busca, por meio da negociação, que o marido realize algumas atividades, mas sem implicar na imposição ou obrigação. Pelo contrário, ela almeja que ele perceba a necessidade de se dividir as tarefas. Essa dinâmica do casal remeteu a idéia dos poderes difusos, da historiadora PERROT (2007), de que as mulheres através das fissuras conseguem subverter as relações de dominação masculina.

João, então é você quem cozinha em casa? O que você acha disso?

João (21 anos, marido/pai/cunhado, moreno) – É por que elas sempre têm mais trabalho. A Mércia também sempre é quem vai dormir mais tarde por causa das crianças.

Maria Mércia – [Fala de maneira frenética] Ele sempre me ajuda, por que eu chego, vou lavar a minha roupa, depois a dele de carvão [roupa de trabalho no corte], lavar roupa das crianças, a roupa da minha irmã, arrumar a casa, dar comida às crianças, depois lavar a louça e, quando penso que acabou, eu vou ficar com o mais velho [filho] por que ele tem tarefa da escola ...

Então, para você João, não tem problema em fazer comida?

João – A gente divide o serviço. (Entrevistados em 13/12/08)

Nesse processo de rearranjo das atividades domésticas e nos papéis desempenhados pelas relações de gênero na esfera reprodutiva, indagou-se sobre o papel desempenhado por Amada (17 anos, solteira, branca). No relato de Maria sobre a rotina de trabalho, percebemos que a irmã dela assume a função de ficar com os sobrinhos e algumas tarefas de limpeza, durante à tarde, após retornar da escola. Maria conta que a irmã também trabalhou no final do ano, em virtude de João ter ficado doente. Quando os entrevistei, João mostrou as unhas dos dedos do pé que estavam

encravadas em carne viva e impossibilitando-o de calçar a botina de trabalho. Ele ficou os dois últimos meses da safra afastado do trabalho, recebendo apenas a remuneração mínima da diária, aproximadamente R\$200,00 por quinzena. Essa nova contingência levou Amanda a procurar emprego, como relata sua irmã:

Sua irmã buscou algum trabalho fora de casa neste ano que passou?

Maria Mércia – Ela [Amanda, irmã de 17 anos] trabalhou esse final de ano, no sábado das cinco da tarde às cinco e meia do domingo. Ela dormia na casa de uma senhora que ela cuidava. Ela ganhava R\$60,00 por final de semana. [Sorri manifesta que o dinheiro era bastante] Ela estava ganhando bem, dava para ela comprar algumas coisinhas. Agora essa semana a senhora ligou falando que ela não precisava ir mais. Agora ela está parada. Eu queria muito arranjar um serviço para ela. Por que ela sabe trabalhar vendendo alguma coisa, sabe mexer em computador, sabe trabalhar em escritório. Ela está estudando no segundo ano [do colegial]. (Entrevistada em 13/12/08)

Quando indago sobre o projeto futuro do casal, o relato aponta para as injunções da Usina em inviabilizar a migração e estada de famílias nas casas da Usina.

Qual é o projeto que vocês têm para o próximo ano?

João – Eu não tenho vontade de voltar enquanto não conseguir tirar outra moto e arrumar minha casa.

Maria Mércia – Eu tenho vontade de ir, por que ele livra de pagar aluguel. Mas a gente também poderia ir para uma casa de peão que a usina paga.

João – [Tom enfático e com muita paciência] Claro que não. Mércia não pode mais. Você sabe que quem veio de lá sem ser registrado pela usina lá, não pode entrar na casa de peão.

O último casal colaborador residia até 2007 no sítio Pereiro do Saco, próximo ao povoado do Saco do Romão, Sertão pernambucano. Zé Galinha (47 anos, moreno) viajou primeiro em 2007. Trabalhou na primeira safra de sua vida durante 10 meses, residindo em Novo Horizonte, no bairro Santa Clara. Considerava a cidade de 32 mil habitantes muito grande. No final de 2007 retornou para o sítio onde sua esposa Marinalva (46 anos) o esperava junto dos 4 filhos.

Em 2008 ele migrou para Mendonça/SP, por considerar a cidade menor e mais tranquila. Após a experiência de ficar um ano distante da família, o marido de 47 anos ponderou que o filho menor estava dando muito trabalho para mãe. Esse foi o motivo

para a decisão de que sua esposa Marinalva e o filho Juliano migrassem. Os filhos mais velhos e a filha adolescente preferiram ficar residindo com os avós e trabalhando na agricultura, no cuidado do sítio do pai. A seguir transcrevemos o relato dele, no qual aponta para o fato do processo da decisão do grupo familiar migrar estar relacionado ao desejo de reforçar o poder e controle sobre o filho mais novo que estava contestando a autoridade da mãe:

Como foi a decisão para vir com a família pela primeira vez?

Zé Galinha (47 anos, marido, moreno) – Ano passado (2007) eu vim só para Novo Horizonte. Aí no final do ano eu voltei (para Saco do Romão/PE). No começo deste ano (2008) eu disse para ela viria. [aponta para esposa] Só que os filhos, alguns não queriam. Eu falei que não poderia deixar 4 filhos na casa dos outros, dos avós. Um tem que acompanhar. Aí eu trouxe ela [aponta a esposa] e ele [aponta o filho mais novo] e estamos aqui. Só que ele está trabalhando num lava carro para ver se arranjamos alguma coisa.

Mas quem decidiu que a família viria?

Zé Galinha (47 anos, marido, moreno) – Fui eu. Ela não queria ficar lá, porque ela ficou um ano lá [sozinha]. Você sabe que às vezes o pai estando junto, o filho quer obedecer mais. E às vezes os filhos estando só com a mãe, eles querem puxar uma garinha de canto, quer sair, aí às vezes a mãe é mais... [não completa a frase]. E está aí o que não queria obedecer a mãe e veio junto, os que obedecem ficaram junto dos avós.

Marinalva (46 anos, esposa, morena) – Ele melhorou bastante, nem parece que é de lá. É por isso que está embaixo da asa do pai.

(Entrevistada em 14/12/08)

Em relação à percepção na diferenciação dos papéis sociais desempenhados pelas mulheres no sítio para meio doméstica urbana, Marinalva apontou para preferência da vida no sítio:

Como funciona a rotina de vocês? A que horas vocês acordam?

Marinalva (46 anos, esposa, morena) - Primeiro eles [Aponta para marido e filho] acordam às cinco horas para o serviço. Só que na hora que eles acordam eu me acordo mais cedo, às três horas, para fazer a comida para eles três [Aponta para o marido e dois trabalhadores do corte que moram na casa em frete e que assistiam à entrevista]. Na verdade é para cinco, por que tem eu e meu filho também. Eu preparo só o almoço, e depois eu não me deito mais, eu já saio para o serviço. [Ela trabalha como faxineira diarista, recebe R\$ 30]. Volto às quatro e meia [da tarde]. Eu chego às vezes lavo o cavão [Roupa que o marido usa no corte]. Depende como ele [marido] está. Se ele não estiver muito cansado ele lava. Quando é assim, ele me ajuda, eu chego e vou cuidar da janta, aí depois de lavar a louça é descansar [Ri de alívio]. Lá no ano passado eu me acordava as seis para trabalhar na roça quando ele tava aqui. Aqui é muito cedo que a gente se acorda. É muito

pesado. (Entrevistada em 14/12/08)

A dificuldade da rotina no trabalho doméstico remunerado e não remunerado levam a esposa a desqualificar esse período da vida enquanto experiência de morar ou residir na cidade canavieira.

O projeto é continuar morando na Mendonça?

Zé Galinha (47 anos, marido, moreno) - Não sei se passo um ou mais dois anos.

Marinalva (46 anos, esposa, morena) - Mas morar de verdade não. A gente mora e vive no povoado do Saco do Romão em PE.

(Entrevistada em 14/12/08)

Por fim ela relata de forma surpreendente a dimensão do emponderamento individual e contingente, a explicar como utiliza o dinheiro do programa bolsa família.

E vocês recebem algum auxílio do governo?

Zé Galinha (47 anos, marido, moreno) - Lá é assim quem teve a sorte vive de ajuda de cem reais do governo Federal. E são cem reais para sustentar toda a família de 10 a 12 pessoas, só que é só para quem teve sorte.

Marinalva (46 anos, esposa, morena) - A gente recebe. Vem no meu nome eu mando todo mês um pouco para meu filho estudar lá. Eu recebo cento e doze reais e às vezes eu mando sessenta reais. E o outro pouco que fica

IV - Conclusão.

Nessa prévia conclusão, aponta-se para importância de entender o multifacetado processo migratório pela perspectiva do gênero e trabalho doméstico. Para além das explicações econômicas, pressupostas na divisão sexual do trabalho, qual seja: a migração familiar como estratégia de reprodução do grupo doméstico, seria uma forma de poupar o quantum de energia física dos trabalhadores, para correspondente maior produtividade. Propomos problematizar a instituição familiar enquanto espaço de renegociação e articulação identitária, circunscrita na dinâmica migratória do Arranjo/Desarranjo/Rearranjo, com transformações nas representações das posições ocupadas pelos membros da família.

Cabe problematizar se a inserção individualizada das mulheres no mercado de trabalho, para além da lógica do assalariamento, realmente são rupturas nas peias de dominação masculina nos espaços privados, ou se pelo contrário, essas fissuras transformam-se em amarras que reforçam a dominação e exploração no trabalho

doméstico, por exemplo: a remuneração simbólica de R\$1 por peça de roupa lavada, que em um dos casos dispensa a figura masculina. Cabe salientar, que explicar o que significa a experiência camponesa nas vidas dessas mulheres. O porquê da recusa dessa identidade? Em que medida os pontos inculcados em suas memórias, marcas de sofrimento relativas ao trabalho na roça e a condição de miserabilidade, impactam no desejo futuro de que os filhos/as estudem e nunca precisem trabalhar no campo.

V - Bibliografia

- BAUER, M. W. & JOVCHELOVITCH, S. Entrevista Narrativa, In: BAUER, M. W. & GASKELL, G. (Org.). Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som. 2a ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.
- MENEZES, M. A. “*Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo prá Paraíba (Migração família e reprodução da força de trabalho)*”. Tese de Dissertação, Campina Grande – Paraíba, 1985.
- MONSMA, K. “*James C. Scott e Resistência Cotidiana no Campo: uma Avaliação Crítica*”, BIB, Rio de Janeiro, n. 49, 1 semestre 2000, p.95-121.
- MORAES SILVA, M. A. “*De Colona a Bóia-Fria*” In: História das Mulheres no Brasil (org) Mary Del Priore, São Paulo, Contexto, 1997.
- MONBEIG, P. “*Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*”, Hucitec e Polis, São Paulo, 1998.
- PERROT, Michele “*Minha História das Mulheres*”, São Paulo, Editora Contexto, 2007.
- POLLAK, M. “*Memória e identidade social*”, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- PRUS, P. *Symbolic Interaction and Ethnographic Research: Intersubjectivity and the Study of Human Lived Experience*. State University of New York Pres, Albany, 1996.
- QUEIROZ, M. I. P. “*Relatos orais: do "indivisível" ao "dizível"*”. In: SIMSON, de M. Von (Org.). Experimentos com histórias de vida. São Paulo: Vértice, 1988.
- SAFFIOTI, H. I. B. “*Gênero, patriarcado, violência*”, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2007
- SCOTT, J. “*Weapons of the Weak Everdau forms of peasant Resistance*”, Connecticut / USA, Courier Companies, 1985.
- _____. “*Domination and the Arts of Resistance Hidden Transcripts*”, Connecticut / USA, Courier Companies, 1990.
- THOMPSON, P. “*História oral e contemporaneidade*” . Revista de História Oral n. 5, 2002, p. 9-28.
- STOLCKE, V. “*Cafeicultura Homens, Mulheres e Capital 1850- 1980*” São Paulo: Editora Brasiliense, 1986a.
- _____. “*Mulheres e Trabalho*”, Rio de Janeiro, Cadernos CEBRAP, v.º6 , p.83-117, 1986b.
- _____. “*A família que não é sagrada*”, In: ARANTES, A. A. (org). *Colcha de retalhos. Estudos sobre a família no Brasil, Campinas/SP, Editora da Unicamp, p. 61-114, 1993.*
- TRUZZI, O. “*Redes em processos migratórios*”, Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, volume 20, n.º. 1 junho de 2008.
- TOUTIER-BONAZZI, C. “*Arquivos e propostas metodológicas*”. In: Marieta de Moraes Ferreira & Janaína Amado.(Org.). Usos e Abusos da História Oral, Rio de

Janeiro: FGV, 1996.